

Maciel é contra proposta

ANC 88

Pasta Jan/Maio 86

111

Ass Const

JORNAL DO BRASIL

da Comissão Arinos

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, disse aos alunos da Escola de Guerra Naval que a forma de parlamentarismo chamada dualismo de complementaridade, proposta pela Comissão de Estudos Constitucionais presidida pelo jurista Afonso Arinos de Mello Franco, "não é o melhor caminho para o Brasil".

Marco Maciel, na conferência para os militares, defendeu o presidencialismo com o fortalecimento do Judiciário e do Legislativo, que funcionaria como um poder moderador, fórum dos grandes debates nacionais e fiscal da ação do Governo:

— A introdução do parlamentarismo ou dessa forma híbrida proposta pela Comissão Afonso Arinos não é o melhor caminho. O que nós precisamos no Brasil é da equipotência dos Poderes. O importante não é enfraquecer o Executivo e sim fortalecer o Legislativo e o Judiciário, através do alargamento de suas possibilidades de intervenção nos conflitos políticos.

O ministro disse que "o ideal é contarmos com poderes equilibrados entre si, que sejam atuantes, eficazes e flexíveis, capazes de responder com a eficiência e a rapidez desejadas às enormes demandas sociais e econômicas do Estado e da sociedade. Temos de criar instituições intermediárias entre o povo e o Governo".

— Se quisermos adequar a ordem constitucional à ordem econômica e a complexidade da organização social às imposições políticas de um regime democrático e pluralista — disse o ministro — precisamos organizar o poder de forma que seus diferentes ramos sejam equipotentes para que possam mediar os conflitos entre eles e suficientemente dinâmicos para que possam administrar o inevitável confronto entre eles e a sociedade e entre as classes em que se dividem as sociedades contemporâneas.

Caso grave

O ministro-chefe do Gabinete Civil disse que o assalto ao Banco do Brasil, na Bahia, por militantes do Partido dos Trabalhadores "é um fato grave, um ato condenável que a sociedade brasileira repele". Marco Maciel prefere opinar sobre o assunto apenas quando receber mais informações dos órgãos oficiais, mas em nenhum momento eximiu o PT de responsabilidade: "Por enquanto trata-se apenas de um caso político. Por enquanto... Vamos aguardar os acontecimentos", disse o ministro.

Marco Maciel também não quis emitir opinião sobre se havia alguma relação entre as declarações do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, de que havia guerrilheiros sendo treinados no Brasil para lutar na Nicarágua, e o assalto ao Banco do Brasil, que segundo os assaltantes visou angariar fundos para o Governo da Nicarágua: "Eu não tenho condições ainda de opinar sobre isso. Seria leviano se fizesse qualquer afirmação a respeito".

O ministro Marco Maciel disse ainda, após a conferência na Escola de Guerra Naval, que o fato de a Aliança Democrática ser impossível em vários estados não a inviabiliza a nível nacional:

— A Aliança não está em dificuldades só porque não será formada na maioria dos estados. Ela é um pacto nacional e todos sabemos que os dissídios estaduais são normais na medida em que os problemas locais se apresentam com muita força. Isto já ocorreu nas eleições municipais e não houve dificuldades a nível nacional.

Marco Maciel defendeu um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, sem direito a reeleição, e afirmou que ainda há prazo útil para que o projeto de eleições em dois turnos para Governador seja votado no Congresso: "A votação vai haver com certeza. Só não sei é se esse projeto passa".